



REQUERIMENTO N ° ,DE 2025

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer o encaminhamento de pedido de informações à Controladoria-Geral da União (CGU) quanto à execução do Programa de Cisternas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em especial sobre a concentração de recursos em organizações não governamentais com vínculos político-partidários e a efetividade das ações de controle, fiscalização e transparência na gestão do programa.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Advogado-Geral da União sobre as providências adotadas pela AGU quanto à execução do Programa de Cisternas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em especial sobre a concentração de recursos em organizações não governamentais com vínculos político-partidários e a efetividade das ações de controle, fiscalização e transparência na gestão do programa.





Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *A CGU realizou auditorias ou fiscalizações sobre o convênio firmado com a Associação Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC), no valor de R\$ 640,1 milhões? Em caso positivo, solicita-se acesso integral aos relatórios, pareceres e documentos correlatos.*
- *Quais critérios técnicos e legais foram considerados pela CGU para avaliar a legalidade e a impessoalidade na concentração de recursos em uma única ONG, presidida por filiados ao Partido dos Trabalhadores?*
- *A CGU teve ciência ou foi notificada da subcontratação, pela AP1MC, de outras 37 entidades com vínculos político-partidários? Houve auditoria ou verificação da idoneidade, da execução física das obras e da prestação de contas dessas entidades?*
- *Quais medidas de controle interno e de integridade institucional foram recomendadas pela CGU ao Ministério do Desenvolvimento Social para evitar favorecimento indevido, conflito de interesses ou uso político da verba pública?*
- *A CGU possui registros de denúncias, representações ou comunicações sobre irregularidades no Programa de Cisternas nos anos de 2023 e 2024? Quais providências foram adotadas?*
- *Considerando a auditoria anterior que identificou que 31% das cisternas vistoriadas apresentavam defeitos e 10% estavam inutilizáveis, quais ações corretivas ou de responsabilização foram encaminhadas pela CGU? Houve recomendação de suspensão de repasses ou inabilitação*





de entidades?

- *O atual modelo de seleção e repasse de recursos adotado pelo Ministério foi avaliado pela CGU sob a ótica da eficiência, economicidade, impessoalidade e controle social? Se sim, quais foram os principais achados?*
- *A CGU identificou ou avaliou a existência de riscos sistêmicos na execução descentralizada do programa, sobretudo na fragilidade da cadeia de subcontratações?*

JUSTIFICATIVA

Este requerimento visa garantir o recebimento de informações sobre a gestão do Programa de Cisternas e a atuação da Controladoria-Geral da União na fiscalização de recursos públicos federais utilizados em convênios com organizações da sociedade civil. A concentração de mais de R\$ 640 milhões em uma única ONG, a AP1MC, vinculada a dirigentes do Partido dos Trabalhadores, bem como a subcontratação de dezenas de entidades ligadas a filiados ao mesmo partido, levanta sérias dúvidas quanto à observância dos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência administrativa.

Isto porque, conforme noticiado¹, reportagem publicada pelo jornal O Globo revelou que 85% dos recursos do programa foram concentrados em uma única ONG — a Associação Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC) — dirigida por militantes históricos do Partido dos Trabalhadores. Além disso, foram subcontratadas pelo menos 37 outras entidades também lideradas por filiados ao PT ou ex-assessores de gestores públicos vinculados ao partido, com repasses superiores a R\$ 150 milhões, sem licitação e

¹ <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/14/programa-do-governo-lula-contra-seca-concentra-85percent-dos-recursos-em-ong-de-integrantes-do-pt.ghtml>





sem transparência suficiente sobre os critérios de escolha.

Adicionalmente, auditoria da Controladoria-Geral da União indicou que uma parcela significativa das cisternas apresenta vazamentos, rachaduras ou está inutilizável, indicando grave risco à efetividade da política pública.

É alarmante que, num programa com orçamento de R\$ 1,5 bilhão até 2026, faltem instrumentos robustos de governança, controle social e integridade institucional. A transparência nos gastos públicos, a impessoalidade na seleção de parceiros e a qualidade na entrega dos serviços são princípios constitucionais inegociáveis.

Com efeito, sob o manto da solidariedade e do combate à seca, o governo Lula entregou mais de R\$ 640 milhões a uma ONG comandada por integrantes históricos do Partido dos Trabalhadores, em um programa que deveria ser símbolo de dignidade, mas que hoje exala o odor inconfundível do aparelhamento. A sede do povo nordestino, genuína e urgente, foi usada como biombo para irrigar cofres de aliados políticos, em uma engenharia institucional que drena recursos públicos com a mesma velocidade com que despreza a impessoalidade e a transparência. E enquanto cisternas racham e famílias seguem desassistidas, lideranças partidárias brindam em nome da *"experiência técnica"*.

Não há maior perversão do espírito público do que prometer água e entregar aparelhamento. É como oferecer um cálice de esperança e preenchê-lo com a lama da conveniência ideológica. O que era para ser um instrumento de justiça social virou vitrine de favorecimentos e negócios entre companheiros. O Brasil precisa urgentemente resgatar a integridade de seus programas sociais, antes que todos os poços da moral pública sejam contaminados por esse tipo de aliança promíscua entre o dinheiro do povo e o projeto de poder de um partido.

Destarte, o pedido de informações ora apresentado visa dar transparência à atuação do Estado e permitir o efetivo exercício da função fiscalizatória do Parlamento. O escândalo exige respostas





CÂMARA DOS DEPUTADOS

céleres, firmes e articuladas do conjunto da administração pública — e a atuação da AGU é peça-chave nesse processo.

Sala da Sessão, em de de 2025.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

Apresentação: 15/05/2025 18:03:50.230 - CFFC

REQ n.222/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255898273900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

